Sessão Ordinária 18/06/2024

Fotos: Josenildo Costa

Audiência Pública Dia do Trabalhador 17/06/2024

Fotos: Divulgação/Ascom

Título de Cidadania a Sérgio Matos e Marielza Rodriguez

Fotos: Josenildo Costa

Dr. Moisés Morais Recebe Título de Cidadania Campinense

Em uma cerimônia marcada por emoção e reconhecimento, o presidente da Câmara Municipal, Marinaldo Cardoso (Republicanos), concedeu o Título de Cidadania Campinense ao advogado Dr. Moisés Morais. A honraria foi justificada pela significativa trajetória de dedicação, ética e serviço à comunidade de Campina Grande.

Foto: Josenildo Costa

Marinaldo destacou a importância do dia para a Câmara e os cidadãos campinenses, lembrando a trajetória inspiradora de

Dr. Moisés. Nascido em Brejo dos Santos, no Ceará, o Dr. Moisés mudou-se para Campina Grande em busca de formação superior. Formado em Direito em 2007, ele se especializou em direitos processuais, penais e civis, sempre buscando evolução constante.

Além de seu brilhante percurso académico, o Dr. Moisés dedicou-se ao serviço público e à advocacia. Foi presidente da Comissão de Direitos Humanos e Prerrogativas da OAB de Campina Grande, desempenhando um papel crucial em diversas ações de defesa dos direitos humanos.

Em 2013, o Dr. Moisés casou-se com Morgana e teve dois filhos, solidificando um sonho compartilhado de construir uma vida em Campina Grande. Marinaldo enfatizou que essa história familiar simboliza a dedicação de Dr. Moisés em construir um futuro melhor para a cidade, reconhecendo cada sacrifício feito por ele em prol do bem comum.

Durante o período em que ocupou a cadeira de vereador como suplente por quatro meses, Dr. Moisés demonstrou comportamento exemplar e respeito em todas as situações, mesmo diante das divergências. Marinaldo destacou que a verdadeira cidadania é construída diariamente, com ações de dedicação e amor ao próximo, e agora Campina Grande tem a honra de chamá-lo de cidadão campinense.

O título concedido ao Dr. Moisés Morais não é apenas uma honra, mas um reconhecimento de sua vida dedicada ao bem-estar da comunidade de Campina Grande. A cerimônia foi um tributo ao seu compromisso inabalável com a justiça e a equidade, deixando um legado inspirador para todos os cidadãos.

Foto: Josenildo Costa

A vice-presidente da Câmara, vereadora Fabiana Gomes (União), destacou a atuação exemplar do Dr. Moisés durante seu período como parlamentar. Em pronunciamento, ela ressaltou a ética e o respeito com que ele conduziu seu trabalho na CASA.

“Como parlamentar, mesmo tendo dividido espaço por pouco tempo na CASA, o Dr. Moisés se mostrou um profissional ético e respeitoso, desempenhando um excelente papel. Tenho certeza de que todos os apoiadores de Dr. Moisés têm orgulho de seu trabalho, sendo ele merecedor de retornar a esta CASA,” afirmou a vereadora Fabiana Gomes.

A vereadora também enfatizou que, mesmo em um período limitado, o Dr. Moisés conseguiu deixar uma marca positiva, evidenciando sua competência e comprometimento, contribuindo de forma significativa para o progresso da comunidade.

Galego do Leite – Falou da alegria de estar presente nessa ocasião, ressaltando que o homenageado não precisaria receber

o título, mas que é um merecedor e agora pode dizer que é um cidadão campinense. Em nome de Veneziano, também parabenizou o Dr. Moisés pelo título, mencionando que Veneziano gostaria de estar presente para prestigiar a homenagem. Galego do Leite destacou que agora, além de ser adotado por Campina Grande, também pode se dizer oficialmente um cidadão campinense, sendo acolhido e recebido pela cidade. Finalizou expressando o desejo de que o Dr. Moisés tenha sucesso e que, em janeiro de 2025, possa estar ao seu lado como vereador nesta CASA.

Marco Aurélio – Disse que ele e o Dr. Moisés é colega da faculdade e suas histórias são muito parecidas. Ambos saíram de suas terras natais, e chegaram a Campina Grande com o sonho de fazer uma faculdade, constituíram família e ainda tiveram a alegria de vê-lo como vereador nesta Casa. Marco Aurélio expressou sua certeza de que o Dr. Moisés continuará a trabalhar arduamente pelo crescimento da cidade de Campina Grande.

Foto: Josenildo Costa

Andreia Cristina – Com grande satisfação, expressou suas palavras de apreço ao Dr. Moisés e sua família, prestigiando esse momento especial e de grande orgulho para todos. Disse que Dr. Moisés é um presente na vida de todos que estavam presentes, ressaltando o seu trabalho, trajetória e apoio concedido a ela. Andreia finalizou desejando que Deus ilumine os caminhos de Dr. Moisés, para que ele continue seguindo pelo caminho do bem.

Romualdo Figueiredo – relatou a oportunidade que teve de conhecer o Dr. Moisés em 2009, durante a primeira Conferência Municipal de Saúde de Campina Grande, mencionando que, apesar de estar concorrendo às eleições, apoiou a candidatura de Moisés. Romualdo lembrou que, em 2010, quando perdeu seu filho, foi o Dr. Moisés quem o apoiou em um momento difícil. Por fim, destacou que a homenagem é justa e merecida.

Foto: Josenildo Costa

Bruno Veloso – Elogiou a postura do Dr. Moisés e sua forma

bondosa de tratar as pessoas, ressaltando que ele veio para Campina Grande para contribuir com a cidade. Bruno mencionou que a vida permitiu que se aproximasse mais, especialmente durante os mandatos exercidos na Ordem dos Advogados de Campina Grande, onde criou uma amizade e disputou várias eleições com seu apoio. Parabenizou o Dr. Moisés pelo título de cidadão campinense e Marinaldo Cardoso pela autoria da homenagem.

Morgana Virginia, esposa do homenageado – Destacou a trajetória de Moisés, que veio para Campina Grande com o sonho de se formar e se tornar doutor. Deixou o conforto de sua casa e sua história construída em Brejo Santo, Ceará, mas veio determinado a cursar Direito.

Foto: Josenildo Costa

Morgana ressaltou as grandes amizades e experiências em estágios renomados, bem como sua dedicação e amor pela advocacia. Ela ainda falou sobre Deus ter lhe presenteado com

muito mais do que ele sonhou um dia, permitindo lograr êxito profissional, mas também construir uma família, um lar acolhedor e ainda trazendo seus familiares para perto. Encerrando, a sua esposa desejou que a humildade continue sendo seu valor mais sublime.

Bruno Faustino – Afirmou que Campina Grande já adotou o Dr. Moisés de coração, mencionando os 1.400 votos que recebeu quando se candidatou, destacando a dificuldade e o mérito de alcançar essa votação. Elogiou também a sua esposa, pedagoga e professora, dos seus filhos. Bruno desejou que as lágrimas de orgulho da mãe do homenageado possam semear outras vitórias e disse que Campina o abraça como filho de fato e de direito. Espera que, se Deus permitir, que ele faça parte da CASA como vereador.

Luciano Breno (Avante) – Reconheceu o trabalho que o Dr. Moisés tem feito em Campina Grande e durante seu tempo na Casa Legislativa. Ressaltou o empenho em todas as ações e temas debatidos. Disse que a política às vezes separa, mas o que une é mais forte: o caráter e a postura de Moisés como pai, esposo e amigo. Orgulha-se de ter compartilhado o mesmo espaço e acredita que o povo de Campina Grande perceberá a importância de sua presença definitiva para a cidade. Considera a homenagem mais que merecida e honrada.

Fabiana Gomes (UNIÃO)- Ressaltou que, como parlamentar, mesmo tendo dividido espaço por pouco tempo na CASA, o Dr. Moisés se mostrou um profissional ético e respeitoso, desempenhando um excelente papel. Tenho certeza de que todos os apoiadores de Dr. Moises têm orgulho de seu trabalho, sendo ele merecedor de retornar a esta CASA.

Foto: Josenildo Costa

Moisés Morais, homenageado, falou que se sentiu muito feliz pelas palavras que recebeu na manhã de hoje e que retorna para casa desprovido de vaidade, mas com coração transbordando de alegria. Agradeceu em especial ao presidente. Marinaldo Cardoso, que foi o melhor presidente da CASA, diante da sua atuação democrática e da sua humildade.

Sobre a sua trajetória, relembrou sua chegada à cidade de Campina Grande, em busca da sua formação profissional, mas que já nos seis primeiros meses longe de casa, pensou em desistir. No entanto, com a visita de sua mãe, pode perceber que o sonho não era mais só seu, mas também de toda sua família.

O homenageado falou o quanto foi acolhido pela cidade, ressaltando o apoio na área da advocacia recebido por Adriano Galdino e Murilo Galdino. Ao evoluir profissionalmente, disse que sua primeira atitude foi trazer parte de sua família e enfatizou a fala da sua esposa, que Campina Grande deu mais do que oportunidades, proporcionando um verdadeiro lar.

Concluindo, agradeceu pelo apoio político recebido por Galego do Leite e Dona Fátima, dizendo também o quanto é grato pelas amizades e pela possibilidade de contribuir com a cidade de Campina Grande.

Na manhã desta quinta-feira (13), em sessão solene da Câmara Municipal de Campina Grande, foi entregue o título de Cidadania Campinense ao Dr. Moisés Tavares de Morais, uma propositura do vereador Marinaldo Cardoso (Republicanos).

Foto: Josenildo Costa

PRESENTES NA MESA

O presidente da CMCG, Marinaldo Cardoso e autor da propositura; Valéria Aragão – Representando o Deputado Adriano Galdino (Presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba); Morgana Virginia – professora municipal esposa do homenageado; Maria de Socorro – Mãe do homenageado; Marco Aurélio – Pres. da Secção Sindical da Embrapa Algodão; Galego do Leite – Suplente de vereador e representando o Senador Veneziano Vital

do Rêgo; Andreia Cristina – Amiga do homenageado; Romualdo Figueiredo – presidente da Associação dos Aposentados de Campina Grande e Membro da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde; Bruno Veloso – Amigo do homenageado e Moisés Tavares de Morais – Homenageado;

DIVICOM/CMCG

CMCG Conclui Discussões sobre LDO 2025 e Prorroga Prazo para Entrega de Emendas

A Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle da Câmara Municipal de Campina Grande finalizou as discussões sobre o calendário da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2025. As sessões, realizadas no plenário da Câmara, contaram com a participação de secretários, presidentes e superintendentes dos órgãos da administração pública municipal e dos Delegados do Orçamento Participativo.

O principal objetivo da discussão da LDO 2025 é estabelecer as metas e prioridades para o ano seguinte, além de orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), que estima as receitas e fixa as despesas da administração pública.

Nesta quinta-feira (13), durante a sessão ordinária, o Presidente da Câmara, Marinaldo Cardoso (Republicanos), após debate em plenário, atendeu à solicitação e, em comum acordo com a Presidente da Comissão de Finanças, vereadora Jô Oliveira (PCdoB), anunciou uma nova data para a entrega de emendas à LDO. Os vereadores têm agora até a próxima segunda-feira (17) para apresentar emendas ao projeto de lei da LDO

2025. As emendas devem ser entregues à Comissão de Finanças, presidida pela vereadora Jô Oliveira.

Essa é a terceira prorrogação para a entrega das emendas à LDO. Devido à prorrogação, a data para a votação das emendas e do Projeto da LDO 2025, que estava inicialmente marcada para o dia 20 de junho, foi adiada para uma nova data ainda a ser definida.

Foto: Josenildo Costa

TRIBUNA

Rostand Paraíba (PP) na tribuna fez uma solicitação a gestão para que sejam asfaltadas ruas na zona leste. Além disso, com relação à liminar emitida pelo Tribunal de Justiça, questionou a importância dos vereadores, já que as decisões estão sendo tomadas através da Justiça.

Foto: Josenildo Costa

Saulo Noronha (MDB) com relação a fala do vereador Rostand, sobre a ausência de ações na periferia, fez o registro de serviços realizados no Bairro do Jeremias. Sobre as suplementações, ressaltou que todos os prefeitos realizam e que não existe a ausência de recursos para pagamentos dos profissionais, mas necessidade de votação da suplementação para realização dos pagamentos. Saulo disse que lamentavelmente precisou que a Justiça interviesse, visto que faltou agilidade na votação dos projetos.

Foto: Josenildo Costa

Anderson Almeida (PSB) pela liderança, falou inicialmente sobre a liminar emitida pelo Tribunal de Justiça e disse que as decisões que são tomadas pelos desembargadores geralmente são baseadas nas informações que lhes são prestadas.

No entanto, o vereador disse que as informações que foram repassadas e que ele teve acesso até o momento, faltam com a verdade. Disse que em nenhum momento a bancada tirou o direito do Poder Executivo de realizar suplementações, mas o que existe é o cumprimento da constituição municipal, onde qualquer movimentação de remanejamento de recursos precisa ser aprovada pelos vereadores.

Anderson acrescentou que também irão ingressar na ação, para que novas informações sejam levadas ao judiciário com as devidas explicações. “Respeitamos a decisão liminar que veio do Tribunal de Justiça, mas iremos levar a verdade”, concluiu.

Saulo Noronha discordou da fala do vereador Anderson em que

menciona que o Tribunal foi levado ao erro. Ainda acrescentou que a população pediu que os projetos fossem votados, seja contra ou a favor, mas que votassem.

Foto: Josenildo Costa

Bruno Faustino (Agir) fez uma denúncia a respeito da situação de uma empresa de segurança que presta serviço ao governo municipal, que abandonou os serviços, por ausência de pagamentos. Como justificativa, disse que um secretário falou que a falta de pagamento ocorreu, pois a empresa não estava com suas certidões em dia. Bruno disse que não é verdade, pois a empresa presta serviço a outros órgãos estaduais e federais.

Disse ainda que recebeu um pedido de um munícipe em sua rede social, para que sejam feitas limpeza, capinagem e manutenção no bairro Portal Campina, nas proximidades da rua Célia Araújo Maia.

Foto: Josenildo Costa

Alexandre Pereira (UNIÃO), pela liderança, concordou que intervenções do judiciário não podem se tornar um ato rotineiro nas decisões da Casa Legislativa, ponderando que são necessárias apenas em alguns momentos.

Ele disse ainda que se as votações já tivessem ocorrido, a cidade não estaria apontando para a Câmara, responsabilizando todos os vereadores pela ausência das aprovações. O vereador sugeriu que pudessem fazer justiça com os vereadores e a Casa Legislativa, realizando as devidas votações dos projetos de suplementação e evitando uma determinação judicial, para inclusive valorizar a imagem da CASA diante da sociedade.

Pimentel Filho (PSB) falou sobre uma declaração feita pelo presidente do TCE-PB com relação ao orçamento de Campina Grande, que disse que “eu vejo que o orçamento da Prefeitura está desequilibrado, com pedido de suplementação já nos primeiros três meses. Ou nomearam mais pessoas do que poderiam ou gastaram recursos para pagar salários aprovados no

orçamento anual”.

Foto: Josenildo Costa

Pimentel ainda pontuou que são mais de 779 milhões à disposição da Prefeitura para pagamento de funcionários e contratados, já autorizado no orçamento anual, em que o prefeito diz não ter recursos para realizar os pagamentos, apesar de não ter acontecido nomeação de concursados. De acordo com o vereador, o prefeito vem realizando terrorismo com os mais frágeis durante o seu mandato, relembrando situações em que segundo ele, o prefeito atrasou pagamentos e fez demissão em massa. “Agora é com você prefeito, pague amanhã”, frisou.

CONVITES À CASA LEGISLATIVA

O presidente Marinaldo Cardoso disse que a CASA recebeu o convite da Secretaria de Planejamento para participar da 2ª audiência pública para revisão do plano diretor da cidade, que será realizada no dia 17 de junho, às 14h30, no auditório da

Associação Comercial de Campina Grande.

O segundo convite foi de autoria do Coletivo Iaras, destinado à Casa Legislativa, para participação do Seminário LGBT pela igualdade de direitos.

REGISTRO DE VISITA

O vereador Alexandre Pereira fez o registro da presença do Presbítero da II Igreja Congregacional, o senhor José da Silva, que visitou a Câmara Municipal, na manhã desta quinta-feira. Com os seus 90 anos de idade, Alexandre destacou sua importante trajetória como líder religioso e pai de família.

Foto: Josenildo Costa

MINUTO DE SILÊNCIO

O vereador Márcio Melo (Podemos), acostado por Marinaldo Cardoso, Eva Gouveia e Jô Oliveira, pediu um minuto de silêncio em memória póstuma pelo falecimento de dona Catarina Clementino Barbosa, avó da Dra. Micheline, esposa de Romero Rodrigues.

A 52ª sessão ordinária da 4ª sessão legislativa da Câmara Municipal de Campina Grande, realizada nesta quinta-feira (13), foi presidida inicialmente pelo vereador Bruno Faustino (Agir) em seguida por Marinaldo Cardoso (Republicanos) e secretariada por Rostand Paraíba (PP) e Alexandre Pereira (UNIÃO).

DIVICOM/CMCG

Sessão Ordinária 13/06/2024

Fotos: Josenildo Costa

Vereadora Eva Gouveia Destaca a Importância da Infância

Segura em Sessão Especial

O Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, celebrado nesta quarta-feira (12), é uma oportunidade para refletir sobre os direitos fundamentais das crianças: uma infância segura, acesso à educação e à saúde, livres de exploração e outras violações. No Brasil, este dia ganha relevância com a discussão no Senado do projeto de lei (PL 3697/2021), do senador Fabiano Contarato (PT-ES), que visa alterar a Consolidação das Leis do Trabalho para proibir definitivamente o trabalho de crianças e adolescentes nas ruas, uma prática que ainda encontra brechas na legislação atual.

Para marcar a data, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) relançou duas cartilhas elaboradas em 2008 pelo cartunista Ziraldo. As cartilhas, intituladas “Viva o Trabalho” e “Saiba Tudo sobre o Trabalho Infantil”, são materiais educativos destinados a conscientizar famílias e a sociedade sobre a importância de proteger as crianças do trabalho precoce, garantindo a elas uma infância plena e segura. Além dessas, o MTE disponibiliza o “Manual de Perguntas e Respostas sobre Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador”, que visa esclarecer dúvidas e fornecer informações para proteger adolescentes no ambiente de trabalho.

Em 2023, as ações de fiscalização realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego resultaram no afastamento de 2.564 crianças e adolescentes de situações de exploração do trabalho infantil. Essas operações, conduzidas pela Auditoria Fiscal do Trabalho, ocorreram em 1.518 intervenções e revelaram um cenário alarmante: 89% das crianças e adolescentes resgatados estavam envolvidos em atividades listadas como as piores formas de trabalho infantil, incluindo a construção civil, venda de bebidas alcoólicas, coleta de lixo, oficinas mecânicas, lava jatos e comércio ambulante.

Foto: Josenildo Costa

Os estados com maior número de afastamentos foram Mato Grosso do Sul (372 casos), Minas Gerais (326 casos) e São Paulo (203 casos). Os exploradores dessas crianças foram multados e obrigados a pagar os direitos devidos, enquanto as crianças resgatadas foram encaminhadas para a rede de proteção à criança e ao adolescente, sendo incluídas em políticas públicas de proteção social e educacional.

O compromisso contínuo com a erradicação do trabalho infantil no Brasil exige esforços conjuntos de legislações mais rígidas, ações fiscalizadoras e programas de conscientização e proteção. A disponibilidade desses materiais educativos e informativos no site do MTE representa um passo importante para munir a sociedade com conhecimento e ferramentas essenciais na luta contra a exploração infantil.

Nesta quarta-feira (12), a Câmara Municipal realizou uma sessão especial, uma propositura da vereadora Eva Gouveia (PSD), com a finalidade de celebrar o Dia Mundial Contra o

Trabalho Infantil, comemorado em 12 de junho. A sessão foi presidida por Eva Gouveia (PSD) e secretariada por Jô Oliveira (PCdoB).

JUSTIFICATIVA

Na tribuna, Eva Gouveia cumprimentou todas as autoridades convidadas, bem como saudou as pessoas presentes no plenário, o público da galeria, os profissionais da imprensa e todos os agentes que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta sessão especial.

De acordo com a vereadora, “é muito importante este nosso encontro de hoje, pois teremos a oportunidade de promover reflexões sobre o direito de todas as crianças: à infância segura, à educação e à saúde, livres da exploração infantil e de outras violações”.

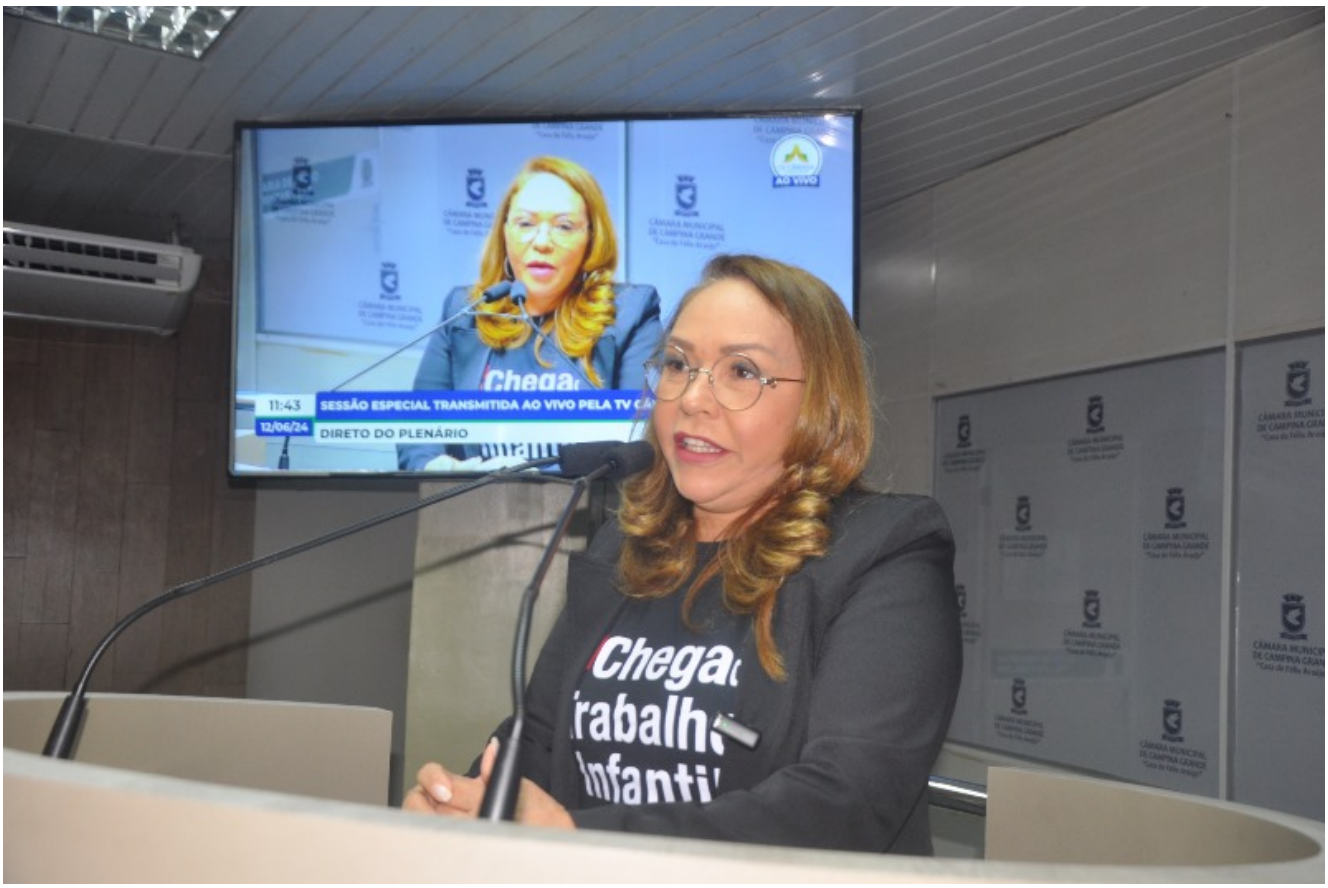

Foto: Josenildo Costa

Ela ressaltou que o termo “trabalho infantil” é definido como o trabalho que priva as crianças de sua infância, seu

potencial e sua dignidade, prejudicando diretamente seu desenvolvimento físico e mental. Eva destacou que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) se refere ao trabalho infantil como uma violação mental, física, social ou moralmente perigosa para as crianças.

Com o impacto do trabalho infantil, o processo de escolarização é diretamente prejudicado, privando as crianças de frequentarem a escola com assiduidade e, em alguns casos, causando abandono escolar prematuro.

A vereadora sublinhou que o objetivo da sessão é sensibilizar e motivar uma reflexão da sociedade sobre as consequências do trabalho infantil e a importância de garantir às crianças e aos adolescentes o direito de brincar, estudar e sonhar. “São vivências próprias da infância que contribuem diretamente para o seu desenvolvimento”, afirmou.

Ela reafirmou o compromisso de seu mandato para promover ações legislativas de proteção à infância, bem como implementar práticas para erradicar o trabalho infantil em toda a cidade de Campina Grande. Eva Gouveia finalizou sua fala com uma convocação a todos para participar da campanha:

“DIGA NÃO AO TRABALHO INFANTIL”

TRIBUNA

A estudante da escola Virginius da Gama e Melo, Marina Lima, deu início às participações na tribuna, como representante de todas as crianças e adolescentes que deveriam estar na escola, mas estão submetidas a todas as formas de violência e negação de direitos.

Foto: Josenildo Costa

A estudante também fez a apresentação da intervenção teatral intitulada de ‘’Infância roubada e direitos violados’’, em alusão a data de combate ao trabalho infantil, pontuando que essa deve ser uma diária na vida de todas as pessoas, sobretudo daquelas que atuam na área, além das demais autoridades presentes.

O Dr. Perillo Lucena, Juiz da Infância e Juventude de Campina Grande, saudou a todos os presentes, pontuando que a data é um dia de luta, mobilização e combate, pois a exploração do trabalho infantil perpetua o ciclo da miséria, da falta de cuidado e de acesso aos serviços públicos essenciais.

O juiz ressaltou que é preciso reafirmar o compromisso a cada dia, enxergando cada criança e adolescente que precisa de cuidado, proteção e acima de tudo da orientação de um futuro melhor. Em nome do Dr. Raulino, do Ministério Público do Trabalho, parabenizou a história e a estratégia do órgão que ele representa, diante das ações realizadas em prol das

crianças e adolescentes de Campina Grande, não apenas durante o São João e na ação intersetorial, mas todos os dias.

Foto: Josenildo Costa

Por fim, parabenizou as crianças pela apresentação teatral realizada, uma vez que traz em forma de sentimento, tudo o que é vivenciado em qualquer cidade do Brasil e do mundo, diante de condições de vulnerabilidade social, que permite a existência dessa realidade. ‘’É através de uma ação efetiva dos poderes públicos nessa missão que cada um tem de erradicar o trabalho infantil e a pobreza, permitindo um futuro melhor para cada criança e adolescente’’ – finalizou.

Foto: Josenildo Costa

Kelvin Gabriel, se apresentou dizendo que tem 12 anos, é do Pedregal e que faz parte do Movimento de meninos e meninas de rua, e do FEPETI, falou sobre a sua participação nas organizações que promovem os direitos e deveres dos adolescentes e das crianças e que realizam debates sobre temas que envolvem a proteção e garantia desses direitos.

Raulino Maracajá – Procurador do Ministério Público do Trabalho, falou sobre o papel da casa legislativa e o seu importante papel ao realizar a sessão especial, sem que deixasse a data passar em branco. Ele também falou a respeito da peça teatral apresentada pelas crianças que retrata uma realidade difícil de ser assistida pela população na vida real, fazendo com que a sociedade queira uma solução imediata para a situação.

Ele pontuou que a ideia por trás de uma solução imediata, é que seja realizada uma higienização visual, mas que isso não é possível, visto que é difícil adquirir a confiança dos meninos

e meninas em situação de vulnerabilidade, para que seja possível inseri-los em programas sociais.

Foto: Josenildo Costa

Sobre o trabalho realizado pela rede, reforçou a importância de trabalhar em três aspectos: repressão, através dos órgãos fiscalizadores, preventivo, por meio de ações de conscientização sobre o não fomento de atividades que perpetuem o trabalho infantil, além do aspecto assistencial, pois não é possível tratar da proibição do trabalho infantil, sem que sejam inseridos em programas sociais. Por fim, falou sobre Campina Grande como um exemplo da realização dessa ação intersetorial.

Jô Oliveira (PCdoB), destacou a importância da peça teatral, sensibilizando para o tema trazido na manhã de hoje. A vereadora também falou sobre a prioridade absoluta para tratar sobre o enfrentamento da exploração do trabalho infantil, inclusive do ponto de vista da aplicação dos recursos

públicos.

Foto: Josenildo Costa

Jô relembrou que quando assumiu o cargo de diretora do Lar do Garoto, há 13 anos, e que ao vir de um movimento de fortalecimento e protagonismo da juventude, pode perceber naquele espaço muitos jovens com potencial para estarem fazendo o papel de liderança e enfrentamento da exploração infantil, mas que foram afetados por uma série de negação de direitos.

Ela destacou a participação das crianças e adolescentes defendendo os seus direitos, para que seja possível, estarem presentes futuramente na condição de representantes da cidade de Campina Grande, assim como trazendo o seu olhar a partir da sua vivência e experiência.

Socorro Carvalho – Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, falou sobre o retrato da realidade transmitido através da peça teatral e que diante da sua

experiência, sabe como é a vida dessas crianças e adolescentes em vulnerabilidade social.

Ela também relatou que os desafios ainda são grandes na política de assistência, mas que a instituição de uma política de assistência social, como uma política pública, um direito do cidadão e dever do estado, foi um grande avanço.

Apesar disso, Socorro citou que o trabalho infantil está arraigado na base do sistema capitalista, sendo uma chaga pesada na sociedade. Também falou sobre o trabalho realizado com jovens que estão em privação da liberdade, mencionando a presença de um dos jovens na sessão.

Por fim, destacou a importância da construção do plano municipal de enfrentamento de erradicação de trabalho infantil em Campina Grande, visto que já existe o plano estadual, para que seja possível alcançar novos avanços.

Daniel José de Souza – Representando a Procuradora da República, a senhora Janaína Andrade, falou sobre a importância de estar presente na sessão diante do tema discutido e das pequenas ações que permitem o avanço no combate a cultura enraizada de exploração de crianças.

Ele também falou das ações que são realizadas em Campina Grande, em determinadas datas, para tratar sobre temas que envolvem a proteção de crianças e adolescentes, na tentativa de ampliar a conscientização. Concluiu sua fala fez a leitura de um poema de autoria de Miguel Rodrigues, colega de cargo do Ministério Público Federal, que fala sobre a tristeza da exploração do trabalho infantil.

Renata Andrade – Vice-presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, ressaltou os avanços que já ocorreram, mas disse das lacunas que precisam ser preenchidas, principalmente com a compreensão da sociedade sobre a sua participação, além do papel do poder público através das políticas públicas.

Renata ainda falou sobre a participação das crianças e adolescentes na casa do povo, para que possam discutir os temas que dizem respeito a elas e sugeriu a criação de comissão de mirim.

Por fim, pontuou mais um avanço na ação intersetorial do conselho de direito municipal, através da criação de um comitê gestor, para que a política não se torne apenas uma ação pontual de uma gestão, mas que seja uma política de estado, sendo perpetuada independente do gestor ou dos representantes das pastas, além do caráter prioritário da intersetorialidade, incluindo também a sociedade civil.

Lucas Soares – Defensor público do estado da Paraíba, fez menção à fala de Dr. Raulino no que diz respeito à complexidade dos problemas que não permite uma resolução simplista. Ele ainda pontuou que a Defensoria Pública está à disposição de todos os agentes públicos presentes, para que seja possível cuidar das violações de direitos, não apenas hoje, mas no decorrer de todo o ano. Como sugestão, Lucas falou sobre a possibilidade de promover mais encontros para pautar algumas das violações que precisam ser resolvidas.

Foto: Josenildo Costa

Dimas Gomes – FEPETI, que também é presidente do Conselho Estadual dos Adolescentes, falou da pauta como uma prioridade, pois considera inadmissível que um país como o Brasil ainda se tenha quase 2 milhões de crianças em condições de vulnerabilidade e exploração de trabalho infantil, na Paraíba são 30 mil. Dimas enfatizou a necessidade da denúncia nestes casos e com relação ao orçamento da política pública, disse da importância da casa legislativa nesse quesito e da necessidade de participação das crianças e adolescentes nas discussões.

Sobre a interseccionalidade, pontuou que o trabalho infantil tem cor e classe social, pois em sua maioria são crianças pretas e da periferia que são diretamente afetadas com todos os seus direitos negados. Por fim, falou sobre as ações de conscientização sobre o tema, que estão sendo realizadas em toda Paraíba, assim como no país.

A vereadora Eva Gouveia também realizou a entrega de moção de aplausos para Nercilia Dantas – Delegada da Polícia Civil,

Raulino Maracajá – Procurador do Min. Público do Trabalho, Lucas Soares – Defensor público do estado da PB, Socorro Carvalho – Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social; Renata Andrade – Vice-presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente; Dimas Gomes – FEPETI.

ORIGEM

O dia 12 de junho, Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, foi instituído pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2002, data da apresentação do primeiro relatório global sobre o trabalho infantil na Conferência Anual do Trabalho.

Desde então, a OIT convoca a sociedade, os trabalhadores, os empregadores e os governos do mundo todo a se mobilizarem contra o trabalho infantil.

No Brasil, o 12 de junho foi instituído como o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, pela Lei Nº 11.542/2007. As mobilizações e campanhas anuais são coordenadas pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), em parceria com os Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador e suas entidades membros.

Foto: Josenildo Costa

O símbolo da campanha e da luta contra o trabalho infantil no Brasil e no mundo é o cata-vento de cinco pontas coloridas (azul, vermelha, verde, amarela e laranja). Ele tem um sentido lúdico e expressa a alegria que deve estar presente na vida das crianças e adolescentes. O ícone representa ainda movimento, sinergia e a realização de ações permanentes e articuladas para a prevenção e a erradicação do trabalho infantil.

COMPOSIÇÃO DA MESA:
Dr. Perillo Lucena – Juiz da Infância e Juventude de Campina Grande; Nercília Dantas – Delegada da Polícia Civil; Raulino Maracajá – Procurador do Ministério Público do Trabalho; Lucas Soares – Defensor público do estado da Paraíba; Socorro Carvalho – Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social; Renata Andrade – Vice-presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente; Dimas Gomes – Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador

Adolescente – FEPETI; Kelvin Gabriel – Representante a Comissão de Protagonismo do FEPETI;

A vereadora Jô Oliveira encerrou os trabalhos convidando os parlamentares para a sessão ordinária desta quinta-feira (13), a ser realizada em formato híbrido, a partir das 9h30.

DIVICOM/CMCG

Impasse entre Poderes gera liminar pelo Tribunal de Justiça da Paraíba

O Poder Executivo Municipal divulgou uma nota informando que aguarda a publicação de um acórdão do Tribunal de Justiça da Paraíba, referente à decisão proferida nesta quarta-feira (12). A decisão deferiu uma liminar relacionada a uma ação de inconstitucionalidade, permitindo ao Poder Executivo municipal realizar suplementações orçamentárias.

A liminar concedida pelo TJPB suspende os efeitos da Emenda Supressiva 003/2024 à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024. Esta emenda, aprovada por maioria na Câmara de Vereadores, impedia o poder público municipal de realizar suplementações orçamentárias de até 30% do total das despesas.

INFORMAÇÃO
O vereador Luciano Breno (Avante), líder do governo, confirmou que a Justiça acatou o pedido do prefeito Bruno Cunha Lima, a respeito da solicitação das suplementações.

TRIBUNA
Jô Oliveira (PCdoB) na tribuna agradeceu as felicitações que

recebeu no dia do seu aniversário. Em seguida tratou sobre as fake news que, segundo ela, estão sendo disseminadas. Ela se referiu a uma pessoa que tem conhecimento sobre o funcionamento do orçamento e disse que estão utilizando os prestadores de serviço como massa de manobra para tentar constranger a Casa Legislativa.

Foto: Josenildo Costa

Esclarecendo sobre a situação, disse que no dia de ontem esteve em uma rádio, em que perguntaram sobre emendas, e a vereadora informou que as emendas não são decididas para onde vão, cabendo apenas aos vereadores sobre a chegada das emendas. Por fim, disse que não irá se intimidar com uma postura agressiva que tenta colocar a bancada de oposição como vilões.

Luciano Breno, líder da situação, subiu à tribuna para destacar a necessidade de focar no que é realmente importante e registrou que, apesar das divergências sobre as

suplementações, vem mantendo um diálogo construtivo com os vereadores de oposição.

Foto: Josenildo Costa

Reconheceu que as discussões têm sido intensas, mas enfatizou que a situação atual ultrapassou os limites aceitáveis se referindo à demora na votação das suplementações.

O vereador ainda mencionou que são mais de 20 suplementações, com algumas já em consenso. Sugeriu que, nesses pontos acordados, os vereadores devem avançar, enquanto nos pontos de discordância, devem votar contrariamente ou buscar novos esclarecimentos.

Ele sublinhou que, para quem está fora, parece que os vereadores só usufruem de privilégios, mas cada vez que a Câmara é criticada, todos os vereadores são afetados. Apesar disso, ressaltou a importância de cumprir suas obrigações e deveres, reconhecendo que existem momentos para política, assim como para o debate e a construção.

Luciano acrescentou que Campina Grande é a única cidade sem permissão na lei orçamentária para o poder executivo remanejar 30% dos recursos, sem autorização da Casa Legislativa. No entanto, reforçou que, quando as suplementações chegam para votação, é preciso decidir, destacando que a discussão já dura mais de dois meses e que a população não se interessa em saber quem são os responsáveis pela demora.

Ele alertou que, sem a votação das suplementações, poderá faltar oxigênio nos serviços de saúde, e afirmou que o secretário de Saúde, Dunga Jr., não criaria uma história dessas sem fundamento. Garantiu que, se essa informação se revelar falsa, será o primeiro a acionar a justiça. Luciano insistiu que há duas opções: votar a favor ou contrariamente às suplementações, e criticou a demora na resolução do problema.

Por fim, convocou os vereadores da bancada governista a levantarem suas vozes para cobrança das votações, pois a cidade precisa de uma prestação de contas.

Foto: Josenildo Costa

Rostand Paraíba (PP) disse que vai procurar o secretário de saúde do estado para providenciar oxigênio para a cidade, em resposta às informações trazidas. Ele mencionou que um jornalista de uma rádio nas Malvinas nomeou vereadores da oposição, responsabilizando-os pela falta de pagamento dos profissionais. O vereador destacou que a oposição está analisando as suplementações, por fim, afirmou que votará nas suplementações, mas enfatizou a necessidade de ler e discutir cada uma delas detalhadamente.

Foto: Josenildo Costa

Anderson Almeida (PSB) afirmou que não abrirá mão da função de fiscalizar e revisar, explicando que o orçamento precisa passar pela Casa para ser analisado, cumprindo a obrigação de verificar o cumprimento do orçamento da Prefeitura.

Ele criticou a acusação de que os vereadores são responsáveis pela falta de pagamento do orçamento do mês, classificando-a

como amadorismo, e explicou que um orçamento com despesas fixas e obrigatórias deve ser planejado por 12 meses. Anderson destacou que no último ano de governo, não há justificativa para alterações a partir do quarto mês do ano para pagamento de profissionais, lembrando que o orçamento foi criado pelo próprio prefeito e que os valores destinados por ele mesmo se esgotaram no quarto mês.

Ele também mencionou que há itens que não podem ser votados na Casa, como valores de recursos nos projetos, além de erros relacionados à anulação de uma pasta para a mesma pasta de onde os recursos foram retirados. Anderson afirmou que o fardamento da guarda municipal também não consta no projeto. Ele ressaltou a importância da vinda de Márcia Madalena para explicar a criação dos projetos de maneira técnica, pois foram alertados pelo Ministério Público da Paraíba sobre a inconsistência dos códigos enviados com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Foto: Josenildo Costa

Ivonete Ludgério (UNIÃO) pediu que os líderes acelerem as votações, para que não se prolongue além desta semana, ressaltando que existem prestadores de serviços aguardando seus salários.

Luciano Breno solicitou um aparte e declarou que não concorda com o que estiver fora do contexto legal, dispondo-se a ir ao Tribunal de Contas e a convocar quem for necessário, mas pediu que o que tiver consenso seja adiantado nas votações. Ainda no mesmo expediente, o vereador solicitou pela ordem, para informar que através de um blog jornalístico foi informado que o Tribunal de Justiça autorizou a prefeitura de Campina Grande a realizar as suplementações.

Márcio Melo (Podemos) disse que não entende a informação que recebeu como um ato de grandeza, pois se tudo for judicializado, os poderes perdem a sua funcionalidade.

Falou ainda da ausência de implementação por parte do prefeito com relação às emendas impositivas. Ele também afirmou que a bancada de oposição nunca se recusou em analisar qualquer tipo de projeto de suplementação, visto que é obrigação dos vereadores, mas que todos os projetos precisam ser analisados.

Foto: Josenildo Costa

Márcio Melo disse que o planejamento não é de responsabilidade da Casa Legislativa, principalmente no que diz respeito ao pagamento dos prestadores de serviços, que deveriam estar inclusos no planejamento dentro dos 12 meses.

Bruno Faustino (Agir), ressaltou o comprometimento da bancada de oposição em analisar os projetos e mencionou que chegaram a um acordo para votar em alguns que são consenso, além daqueles que se referem ao pagamento de pessoal.

Ele destacou que, apesar de a LOA ter sido planejada para todo o ano de 2024, o poder executivo precisou fazer remanejamentos em apenas quatro meses.

Foto: Josenildo Costa

Bruno Faustino, criticou os investimentos vultosos na realização da festa de Campina Grande, referindo-se especialmente ao Parque Evaldo Cruz. Ele concluiu que foi feito o planejamento do Parque do Povo de forma errada, destacando que foram gastos 37 milhões.

MINUTO DE SILÊNCIO

A vereadora Ivonete Ludgério, solicitou um minuto de silêncio em memória póstuma da sua afilhada de batismo, Roberta Andrade Barbosa. O vereador Alexandre Pereira e Eva Gouveia incluíram o nome de dona Iraci, moradora do bairro do Centenário.

Foram aprovados 10 requerimentos de Moção de Aplausos, de autoria da vereadora Eva Gouveia (PSD).

Na manhã desta quarta-feira (12), a 51ª sessão ordinária da 4ª sessão legislativa da Câmara Municipal de Campina Grande, foi presidida pelo vereador Alexandre Pereira (UNIÃO) e secretariada por Luciano Breno (Avante).

DIVICOM/CMCG

Sessão Especial alusiva ao Dia Mundial contra o Trabalho Infantil 12/06/2024

Fotos: Josenildo Costa

Sessão Ordinária 12/06/2024

Fotos: Josenildo Costa